

Desafio do controle de estoque e adequação às exigências do Bloco K¹

BREUNIG, Fernanda Queiroz Reis²; PIENIZ, Luciana Paim³.

Resumo

A contabilidade de custos como ferramenta de gestão, necessita estar ligada a todos os setores das organizações, pois as informações repassadas por meio das declarações ao governo devem informar a realidade. A fiscalização está em constante evolução, instituindo novos sistemas com o objetivo de obter um melhor acompanhamento sobre as movimentações das empresas. A mais nova obrigação acessória consiste no envio do Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque através do Bloco K do SPED Fiscal. Essa nova exigência acompanhará toda a cadeia produtiva das empresas, desde a entrada dos insumos até o produto acabado. Para realização do trabalho foi utilizada uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa visando explanar aspectos relacionados ao Bloco K do SPED Fiscal. Por meio do estudo através da observação participante juntamente com os documentos de inventários dos estoques das empresas estudadas foi verificado que apresentavam discrepâncias significativas em relação ao registro dos itens e do estoque físico. Posteriormente, foi constatado que alguns procedimentos de controle não estavam de acordo com as exigências do Bloco K, então foi sugerido uma maior atenção das empresas em função da necessidade do envio das informações ao fisco.

Palavras-chave: SPED; inventário; produção; fisco

Abstract

Cost accounting as a management tool needs to be the sectors of the organizations, since the information passed through the declarations to the government must inform the reality. Supervision is constantly evolving, systems with the aim of better monitoring the movements of companies. The newest ancillary obligation is to send the Production and Stock Control Registration Book through SPED K Block Supervisor. This new requirement will accompany the entire production chain of companies, from the entry of the inputs to the finished product. To perform the work was used a descriptive, bibliographical and documentary research, with a qualitative approach aiming to explain aiming to address aspects related to Block K of SPED Supervisor. Through the study it was verified participant observation along with the inventories documents of the studied that the stock controls of the companies studied presented significant discrepancies in relation to the registration of items and of the physical stock. Subsequently, it was found that some control procedures were not in accordance with the requirements of Block K, then it was suggested attention to the need to send the information to the tax authorities.

Keywords: SPED; stocktaking; production; federal income

¹Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

²Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ – email: fernandabreunig@bol.com.br

³Professora do curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ, bacharel em Ciências Contábeis – UNIJUÍ especialista em Contabilidade Gerencial, UNIJUÍ; mestre em Extensão Rural, UFSM, e doutora em Agronegócios, UFRGS– email:lpieniz@unicruz.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é o instrumento que fornece inúmeras informações, úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Sua aplicação pode ser em campos distintos de atuação, dentre eles, pode-se citar a contabilidade de custos.

Até a Revolução Industrial, existia somente a Contabilidade Financeira que é o ramo da contabilidade que cuida da elaboração e divulgação das informações contábeis de uma entidade, direcionadas aos usuários externos como os acionistas, potenciais investidores, o governo, o fisco, bancos e credores.

Antes do surgimento das grandes indústrias, a produção ocorria de forma praticamente artesanal, predominando assim a manufatura. Contudo, com o aumento da produção mecanizada, a contabilidade de custos passou a preocupar-se também com os aspectos gerenciais e de tomada de decisão, no entanto, nunca abandonou a importante tarefa de subsidiar o controle dos estoques e seu devido registro.

O gerenciamento dos estoques é um tema cada vez mais recorrente nas empresas industriais, tendo em vista a representatividade de tais bens na composição dos custos de produção. Conforme Souza e Diehl (2009), o termo estoque é utilizado para identificar uma conta do ativo patrimonial das empresas, representativo dos bens de propriedade tangível, cuja composição envolve vários elementos e destinado à comercialização com terceiros.

Controlar o estoque é muito importante para a empresa não perder dinheiro. Quando há alguma escassez ou excesso de produtos, o risco de prejuízo é maior, e uma das maiores preocupações dentro de uma organização é definir como se devem estocar seus produtos de maneira que haja um melhor aproveitamento dos recursos.

Nos últimos anos, é inquestionável o aprimoramento dos controles exercidos pelos órgãos fiscalizadores federais, estaduais e municipais nas empresas de todos os segmentos, com a utilização de ferramentas eletrônicas. O fisco controla de maneira cada vez mais efetiva suas operações de compra e venda.

Atualmente o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) representa uma mudança revolucionária integrada para promover uma relação transparente entre os contribuintes e o Fisco. Esse sistema favorece oportunidades para melhoria de processos e redução de custos,

proporcionando a junção dos diferentes níveis de tributação por meio da padronização e compartilhamento de informação contábil e fiscal, trabalhando em direção a uma maior eficiência na detecção de irregularidades e amenizando a evasão fiscal.

O Bloco K é o mais novo integrante do projeto SPED Fiscal, por meio do que se passará a ter as informações do controle da produção e do estoque. Desta forma, o fisco terá acesso aos itens produzidos, à ficha técnica de cada produto, sua composição, o que foi consumido e produzido no processo produtivo, e também as perdas e insumos que foram substituídos, possibilitando o cruzamento dos saldos apurados eletronicamente pelo SPED com os informados pelas indústrias, através do livro de inventário. É uma obrigatoriedade das empresas industriais e atacadistas entregarem o Bloco K do SPED Fiscal de acordo com o seu faturamento e Classificação Nacional de Atividades Econômicas- CNAE, segundo o Ajuste Sinief 25/16. Caso não haja conformidade nos dados informados e/ou apresentem informação não compatíveis, os mesmos poderão gerar uma base de cálculo de impostos incorretos, podendo ser instrumento de multas significativas.

O município de Panambi, localizado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, é conhecido pela sua especialização industrial, dentro do agregado econômico chamado “depois da porteira” ou *a jusante*, no setor metal mecânico, onde as empresas se especializaram na produção de máquinas, equipamentos e soluções em secagem, armazenagem e estocagem de cereais. O PIB do município alcança 1,8 bilhões de reais, e a participação da indústria pós-colheita é de aproximadamente 38% e empregam aproximadamente 4.000 pessoas (FEE, 2016).

Com base no exposto o presente artigo apresenta as etapas relevantes para adequação às exigências impostas pelo Bloco K do SPED Fiscal, que trata de Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque.

Historicamente, as empresas têm apresentado muita dificuldade em controlar seu estoque, além disso, classificá-los como matéria prima, estoque intermediário, estoque de produtos em elaboração e estoque de produtos acabados, bem como a simples distinção entre custos e despesas, até mesmo a baixa adequada do estoque são pontos divergentes e que ocasionam discrepâncias significativas nos registros contábeis.

O termo acuracidade, derivado do inglês "*accuracy*", tem como significado a precisão que há entre as informações levantadas nos inventários, com base na quantidade de peças no físico *versus* as quantidades que constam no sistema (DROHOMERETSKI, 2009). Quando as informações levantadas no estoque não são as mesmas que constam nos sistemas, pode-se dizer que o item não possui acuracidade.

A fim de atender ao que foi proposto, o trabalho foi estruturado da seguinte forma: inicialmente apresentou o referencial teórico que oferece suporte às abordagens propostas na análise de dados, os procedimentos metodológicos que norteiam a execução prática da proposta, e por fim a análise dos dados das empresas, seguida da conclusão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo é apresentado o referencial teórico, o qual se identifica como um item fundamental de estudo e reflexão utilizado no desenvolvimento do trabalho, sendo elaborado um levantamento teórico baseado em publicações, em livros, artigos, de renomados autores da área contábil, que diz respeito ao tema proposto.

2.1. Contabilidade de Custos

A contabilidade enquanto ciência social busca controlar, registrar e avaliar o patrimônio, com a finalidade de fornecer informações para os diferentes usuários internos e externos, contribuindo com o desenvolvimento da sociedade por meio da eficiência na gestão dos resultados.

Com surgimento das empresas industriais, tendo por objetivo calcular os custos dos produtos fabricados, surgiu à contabilidade de custos. Antes disso, os artigos normalmente eram produzidos por artesões que, via de regra, não constituía pessoas jurídicas. Praticamente só existiam empresas comerciais, que utilizavam a contabilidade financeira basicamente para avaliação do patrimônio e apuração do resultado do período (BORNIA, 2002, p. 35).

Wernke (2004, p. 11 e 12) contextualiza custos como:

Gastos efetuados no processo de fabricação de bens ou de prestação de serviços. No caso industrial, são os fatores utilizados na produção como matérias-primas, salários e encargos sociais dos operários da fábrica, depreciação das máquinas, dos móveis e das ferramentas utilizadas no processo produtivo.

Surgiu então a necessidade de avaliar os estoques para apuração do resultado de cada período. Assim, a preocupação primeira foi a de fazer da contabilidade de custos uma forma de resolver os problemas de mensuração monetária dos estoques e do resultado e não a de fazer dela um instrumento de administração. Com o desenvolvimento das empresas, a contabilidade de custos passou a ter como principal objetivo a missão de auxiliar o gerenciamento de uma entidade.

Lunkes (2007, p. 58) aponta a importância da contabilidade de custos quanto à sua utilização nos processos de planejamento e controle dentro das empresas:

A informação de custos também pode ser utilizada para projetar o futuro. Nesse caso, a empresa pode determiná-lo de acordo com sua relevância na tomada de decisão, sendo assim, a informação do custo é fundamental no planejamento e controle das atividades por meio do processo orçamentário e avaliação de desempenho. Dessa forma, o sistema de custos deve fornecer informação necessária dos produtos e investimentos de capital, entre outros.

Neste cenário, Berti (2010, p.25) relata que a finalidade ou objetivo principal da contabilidade de custos é sem dúvida a de fornecer informações aos gestores no auxílio à tomada de decisão. Além desta, o autor relaciona outras finalidades da contabilidade de custos: fornecer informações para determinar a rentabilidade e desempenho das diversas atividades da entidade, auxiliar a gerência a planejar, controlar e administrar o desenvolvimento das operações, fornecer informações para a tomada de decisão no que respeita ao planejamento e controle das operações.

Além de estas informações serem vitais para o processo de planejamento, a contabilidade de custos é importante também no processo de controle. VanDerbeck e Nagy (2003) salientam que a empresa através das informações geradas pela contabilidade de custos poderá acompanhar se as ações praticadas estão de acordo com o seu planejamento.

A partir desses conceitos pode-se afirmar que a contabilidade de custos tem representativa importância no gerenciamento de uma organização, pois fornece informações necessárias para a tomada de decisão, tanto em situações corriqueiras quanto em situações específicas.

2.2 Sistemas de Custeamento de Estoques – Custeio por absorção

Método de custeio é o fundamento da contabilidade de custos ligado à decisão de como deve ser mensurado o custo dos produtos. Portanto, método de custeio é um modelo de decisão, mensuração e informação (PADOVEZE, 2005, p. 324).

Para Cherman (2002) o custeio por absorção, é um método de custeio em que são apropriados aos produtos fabricados todos os custos incorridos sejam eles diretos, indiretos, fixos ou variáveis.

Leone (2000, p. 242) afirma que:

O custeio por absorção é aquele que faz debitar ao custo dos produtos da área de fabricação, sejam esses custos definidos como custos diretos ou indiretos, fixos ou variáveis, de estrutura ou operacionais. O próprio nome critério é revelar dessa particularidade, ou seja, o procedimento é fazer com que cada produto ou produção (ou serviço) absorva parcela dos custos diretos e indiretos, relacionados à fabricação.

De acordo com Dubois, Kulpa e Souza (2006, p. 125) o custeio por absorção é possível apurar o saldo dos estoques, o custo da produção vendida (CPV), além de demonstrar a situação patrimonial no Balanço. É importante salientar que neste método, o custo separa-se das despesas e o mesmo é aceito pela legislação societária (Lei 6.404/76) e, obedece aos princípios fundamentais de contabilidade, dentre eles, o princípio da realização da receita, confrontação e competência.

2.2.1. Gerenciamento de estoques e sua finalidade

Atualmente o controle de estoque, independente do tamanho das empresas, Micro Empreendedor Individual-MEI, Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte-EPP ou Grandes Empresas, é necessário, pois oferece a possibilidade e capacidade de prever qual produto ou matéria prima e a quantidade a comprar no próximo pedido ao fornecedor ou ainda programar sua entrega.

Ching (1999) afirma que o estoque é toda matéria-prima, embalagem, peças e outros tipos de mercadorias, produto acabado, produtos em elaboração, dentre outras. O estoque nas organizações pode ser encontrado em estado físico – material no almoxarifado, em processo – material no setor de produção, reposição - materiais adquiridos aguardando reposição por parte do fornecedor, em transporte - materiais adquiridos sendo transportados.

O controle de estoques é o procedimento adotado para registrar, fiscalizar e gerir a entrada e saída de mercadorias e produtos seja numa indústria ou no comércio, o mesmo exerce influencia muito grande na rentabilidade da empresa. Os estoques absorvem capital que poderia estar sendo investido de outras maneiras, desviam fundos de outros usos potenciais e tem o mesmo custo de capital que qualquer outro projeto de investimento da empresa, (CHIAVENATO,2005).

De acordo com Arnold (1999), o objetivo do controle de estoque é também financeiro, pois a manutenção de estoques é cara e o gerenciamento do estoque deve permitir que o capital investido seja minimizado. Ao mesmo tempo, não é possível para uma empresa trabalhar sem estoque.

Segundo Slack *et al* (1999) a maioria dos estoques é controlado por um sistema computadorizado, devido ao grande número de cálculos rotineiros envolvidos no seu controle e as novas tecnologias, como pontos de venda com registro de transação e leitoras de código de barras.

2.2.2 Tipos de estoques

Pode-se perceber que na grande maioria das indústrias existem diversos tipos de estoques, desde matéria prima até produtos acabados.

Para Dias (1993) os tipos de estoques encontrados em uma indústria são:

•**Matérias-primas:** são materiais necessários para a produção, é todo material que é agregado ao produto final, seu consumo é proporcional ao volume da produção.

•**Materiais em processo:** são os materiais usados no processo de fabricação dos produtos, geralmente esses materiais estão parcialmente acabados, mas adquire outras características no fim do processo produtivo. Ter um estoque em grande quantidade desses materiais acarreta maiores custos para a empresa. Para que isso não ocorra deve-se acelerar a rotatividade do estoque;

•**Produtos acabados:** São os itens já produzidos, mas ainda não comercializados.

2.3 Acurácia de estoques

A acurácia de estoques refere-se à diferença entre os valores físicos e os dos registros do sistema. O cálculo do valor da acurácia é feito com a seguinte fórmula: $\text{acurácia dos registros} = (\text{registros corretos} / \text{registros físicos}) \times 100$. Sendo que um índice de acurácia de 100% representa um ideal, complicado de ser atingido devido à grandeza dos estoques, é necessário então definir uma tolerância aceitável para as diferenças entre os dados físicos e os registros do sistema (CORRÊA, 2001, p. 417).

A tolerância de erros entre o sistema físico e o controle pode variar de acordo com o valor monetário, a frequência do levantamento e o tempo de reposição dos estoques. É preciso que exista uma coerência entre os valores físicos de posição dos estoques e os correspondentes registros destes valores no sistema.

A necessidade de se medir a acurácia, é que muitas vezes as empresas trabalham com dados incorretos e isso faz com que os sistemas de informação para controle de estoques tornem-se um fracasso. As informações incorretas fazem com que os pedidos de compra de materiais não estejam corretos com a realidade (CORRÊA, 2001, *apud* LOPES, 2005, p. 20).

Ainda para o autor uma maneira de amenizar o problema, é de se fazer uma contagem periódica nos estoques para conseguir um melhor posicionamento, e que essa contagem quando é feita durante todo o ano em um sistema de contagem cíclica traz vantagens para identificação dos motivos dos erros, além de evitar que a operação seja interrompida para que sejam contados todos os itens.

Conforme Nunes *et al* (2014), esta falta de acurácia dos estoques afetam todos os setores da empresa, causando problemas para a gerência, aos operadores e para a área de planejamento da produção. Neste mesmo sentido, Basinger (2006) pondera que a baixa acuracidade de dados do estoque acarreta na redução do nível de serviço e aumenta os custos relacionados às operações logísticas.

Diante disso, fica evidente a importância de ter um sistema integrado com todas as informações necessárias, e fica o alerta que, o quanto antes as empresas rever seus processos internos no que se refere ao seu ciclo produtivo e controle do seu estoque, pois, o Fisco, além de ter acesso a todo o processo produtivo da empresa poderá fechar todo o ciclo da operação fiscal.

2.4 Sistema Público de Escrituração Digital – SPED

O SPED faz parte do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), oriundo do Governo Federal instituído pelo Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007 pela instrução normativa da Receita Federal do Brasil RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007. Nesse programa o Governo se comunica junto às empresas para inovar a forma de emitir e armazenar os documentos fiscais.

O Sistema Público de Escrituração Digital – Sped consiste na forma de cumprimento das obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes, substituindo, a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos eletrônicos, cuja autoria, integridade e validade jurídica, porém agora de forma digital (AZEVEDO e MARIANO, 2011, p. 51).

O SPED consegue revolucionar não só o ramo da contabilidade, pois proporciona mudanças em toda a sociedade, dentre elas destacam-se benefícios como: redução de custos, maior confiabilidade nos dados, agilidade e racionalização de processos, desburocratização de procedimentos e proporciona a diminuição da emissão de papéis.

Para cumprir as exigências do governo, as empresas têm trabalhado bastante, pois, além dos prazos estipulados pelas autoridades, as informações a que o fisco terá acesso poderão originar vários impactos no mundo empresarial tais como multas ou acréscimos na tributação caso não se enquadrem nas normas específicas do sistema tributário brasileiro.

O SPED – Sistema Público de Escrituração Digital é um programa que prevê a obtenção das informações junto às empresas de forma on-line. A iniciativa eliminará a troca de informações processuais entre os diversos órgãos, fortalecendo o controle de arrecadação e disponibilizando uma base autêntica para uso de fins lícitos pelo governo (ALMEIDA, 2008, p. 1).

Os principais objetivos do SPED de acordo (Decreto 6022 de 22/01/07 da RFB) são: Promover a integração dos fiscos, racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, tornar mais compacta a identificação de ilícitos tributários, ou seja, o fisco tem acesso às informações de todas as empresas em um único banco de dados o que lhe permitirá o cruzamento das informações entregues pelos vários contribuintes, ficando mais ágil a detecção de irregularidades.

A partir dos dados gerados pelo seu sistema de informação, a empresa deverá gerar um arquivo digital no leiaute preestabelecido. Este arquivo será submetido à importação e

validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA) fornecido pelo SPED e em seguida transmitido para o fisco.

2.5 O BLOCO K

Com a implantação do SPED Fiscal o governo passou a ter maior clareza sobre o que ocorre dentro das organizações, compras e vendas. Tal controle será viável através da inclusão do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque SPED Fiscal. Diante deste controle o governo terá total conhecimento dos acontecimentos no processo produtivo e a movimentação completa de cada item do estoque, possibilitando a averiguação de informações, com o cruzamento das mesmas, através dos dados informados pelas indústrias diante da implantação do Bloco K.

De acordo com o artigo 72 do regulamento do ICMS, o Bloco K consiste no controle da produção e do estoque dentro do SPED Fiscal. É a escrituração fiscal digital, composta por diversos blocos, onde constam informações sobre as notas de compra, venda inventário, dados dos fornecedores e clientes, unidades de medidas e outras informações. As empresas terão que ter cuidado e atenção especial, para a forma que as informações detalhadas forem informadas nos blocos, detalhes de consumos de matérias-primas e percentuais de perdas no processo, estoque de cada componente, a movimentação de estoque, estoque final mensal produtos consumidos e produtos produzidos.

O Bloco K é um assunto que assusta o empresário e o contador que possuem ou trabalham em indústrias. Por se tratar de uma questão complexa e importante, o Bloco K rapidamente ganhou grande atenção do setor industrial e seus envolvidos.

O prazo para entrega do Bloco K de acordo com o Ajuste Sinief 25/16 é: Todas as indústrias, exceto as enquadradas no simples nacional, deverão seguir os novos prazos determinados pela Receita Federal:

- Janeiro de 2017 - para as indústrias que faturaram mais de R\$ 300 milhões por ano;
- Janeiro de 2018 - para as indústrias com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões;
- Janeiro de 2019 - para as demais indústrias.

Com o Bloco K, o Fisco passará a ter acesso completo a todos os processos produtivos e movimentações dessas empresas. O que, por sua vez, possibilitará grande facilidade para o cruzamento dos dados dos saldos apurados pelo SPED, com os informados pelas empresas nos inventários. A Receita Federal tem como objetivo acabar com a sonegação.

Muito além de uma nova escrituração ou apenas uma nova exigência do Fisco, o Bloco K trás o desafio para as organizações que terão de aperfeiçoar a qualidade dos controles de estoque e de produção, pois a falta disto poderá implicar na exposição da empresa a questionamentos ou até mesmo autuações pelo Fisco.

Dentre os diversos pré-requisitos para um bom controle deste processo, destacam-se alguns pontos:

- Cadastro dos produtos codificado corretamente (tipo, NCM, unidades);
- Ter controle efetivo do estoque, com o lançamento/registro no sistema de todos os documentos envolvidos, notas fiscais, ordens de produção e requisições corretamente;
- Definição correta das fórmulas de produção e previsão de perdas;
- Ter controle das perdas e quebras dos insumos aplicados no processo de industrialização;
- Ter controle de estoque e materiais de terceiros.

Portanto, se fisicamente a empresa fizer qualquer movimentação de estoque, e essa movimentação de estoque não for escriturada no SPED Fiscal, o estoque físico do seu produto não estará alinhado com o estoque informado, podendo ser autuado pela falta dessa informação, por essa razão, com a implantação do Bloco K, será fundamental que todas as indústrias controlem seus estoques com excelência.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da proposta. Conforme Zamberlan *et al.* (2014, p.18) representa o método científico, um plano de ações, formado por um conjunto de regras e de procedimentos, com etapas e passos, ou seja são os métodos utilizados para chegar ao seu objetivo final.

A classificação da pesquisa está definida quanto aos objetivos, aos procedimentos técnicos, de acordo com a forma de abordagem do problema e aos instrumentos de coleta e análise de dados.

Quanto aos objetivos a pesquisa classifica-se em descritiva. Este tipo de pesquisa possibilita que a partir da coleta dos dados, seja possível descrever as dificuldades enfrentadas pelas empresas à adequação às exigências do Bloco K.

Em referência aos procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental.

Desta forma, o trabalho utilizou-se de fundamentos teóricos, baseados na pesquisa em livros, artigos e legislações relacionadas ao assunto, a partir dos quais se procedera à análise e interpretação dos documentos de compras e vendas, como também o livro de inventário das empresas, buscando assim as evidências necessárias que conduziram à conclusão do trabalho.

Referente à forma de abordagem do problema, é qualitativa. Conforme relatos de Oliveira (1999) as pesquisas de ordem qualitativa conseguem descrever situações complexas, bem como particulares, analisar os fatos, compreender o comportamento das partes que interagem no processo e por fim, poder contribuir para a melhora da situação atual.

O procedimento de coleta dos dados utilizou-se da técnica de observação participante, a análise e a interpretação de dados apresenta-se de forma descritiva.

A amostragem foi definida através da técnica de amostragem por conveniência, tendo em vista a facilidade de acesso às informações, sendo que das 58 empresas que compõe a população total, foram coletados dados em quatro empresas tributadas pelo Lucro Real, onde as mesmas são clientes do escritório de contabilidade em que a acadêmica atua no setor fiscal. Para Hair Jr *et al* (2005) este tipo de amostragem envolve a seleção de elementos da população alvo que estejam mais disponíveis e acessíveis para fornecer as informações necessárias.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo apresenta uma espécie de passo a passo sobre a operacionalização do uso do SPED Fiscal, servindo como um manual do que é necessário para se adequar as exigências impostas do Bloco K. Foi feito um levantamento de informações através dos

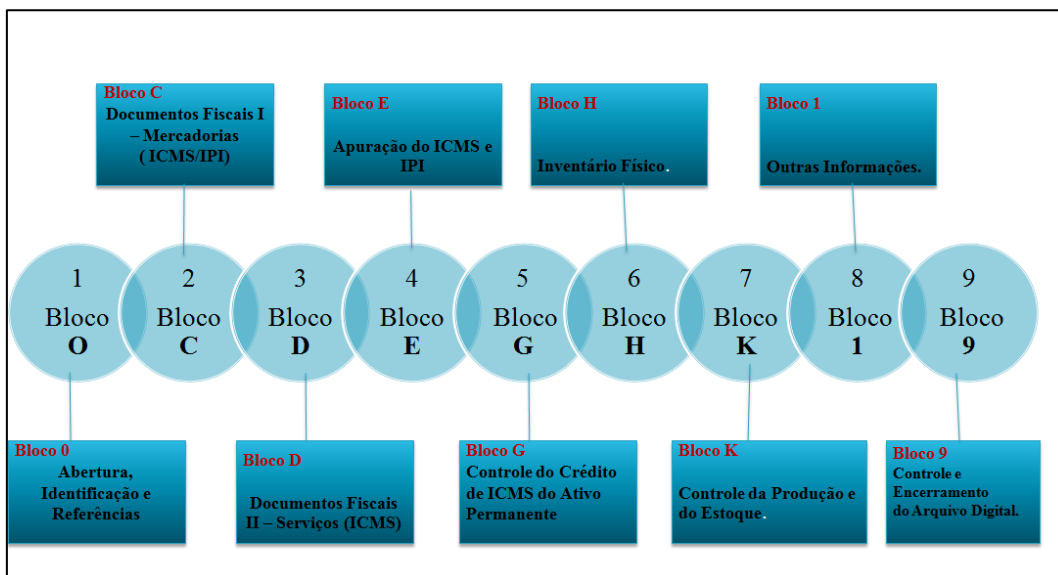
inventários dos estoques disponibilizados pelas empresas, os dados encontrados serão utilizados para analisar a real situação em que as empresas se encontram em relação às exigências do Bloco K, possibilitando a sistematização final do estudo, onde foram apresentadas as recomendações e conclusões.

4.1 Cadastro Bloco 0

Inicialmente procede-se à instalação do programa do SPED Fiscal, Programa Validador e Assinador, com a sigla PVA, que está disponível para *download* no site da Receita Federal do Brasil, bem como as versões utilizadas de programas necessários. Normalmente as empresas geram um arquivo com extensão.txt no seu sistema de controle operacional, e importam para o PVA, porém para demonstrar o funcionamento e a relação entre os blocos do SPED Fiscal com o Bloco K, será revisado o cadastro dos itens.

A figura 1 demonstra que os blocos do SPED Fiscal são correlacionados diretamente com os demais blocos, portanto, o cuidado com as informações registradas no sistema é crucial.

Figura 1 – Blocos do SPED Fiscal



Fonte: Adaptado Secretaria da Receita Federal (2017).

O principal registro relacionado com o Bloco K é o registro do Bloco 0: Esse registro do bloco 0 tem a finalidade de informar produtos, serviços e outros itens relacionados às transações fiscais e à movimentação dos estoques durante o ciclo de produção, bem como os

insumos da empresa contribuinte. A seguir, a descrição do significado de cada registro do bloco 0.

- **Registro 0190 – Tabela Unidades de Medida-** Corresponde ao registro do código do item e sua respectiva unidade de medida como PC – peça, KG – quilo, UN - unidade – T – tonelada, MT – metro.
- **Registro 0200 – Tabela Identificação Item-** Tem por objetivo informar mercadorias, serviços, produtos ou quaisquer outros itens referentes a transações fiscais e aos movimentos de estoques em processos produtivos, bem como a sua composição (insumos).A identificação do item deverá receber o código próprio do informante do arquivo em qualquer documento, lançamento efetuado ou arquivo informado (significa que o código de produto deve ser o mesmo na emissão dos documentos fiscais, na entrada da mercadoria ou produto ou qualquer outra informação prestada ao fisco).
- **Registro 0210 – Fatores de Conversão de Unidade -** Este registro tem por objetivo informar os fatores de conversão dos itens discriminados na Tabela de Identificação do Item (Produtos e Serviços) entre a unidade informada no registro 0200 e as unidades informadas nos registros dos documentos fiscais ou nos registros do controle da produção e do estoque.
- **Registro 0220 – Consumo Específico Padronizado-** É a chamada Ficha Técnica, e deve ser apresentado pelos estabelecimentos industriais equiparados pela legislação federal. Deve ser informado o consumo específico padronizado e a perda normal percentual de um insumo / componente para se produzir uma unidade de produto resultante, segundo as técnicas de produção de sua atividade, referentes aos produtos que foram fabricados pelo próprio estabelecimento ou por terceiro.

Portanto, a partir destes esclarecimentos, é possível perceber que há um nível de detalhamento considerável na estrutura do sistema e que conhecer seus itens, um a um, pode ser fundamental para o preenchimento adequado das informações.

4.1.2 Estrutura do Bloco K

O Bloco K é um dos blocos do SPED fiscal (IPI/ICMS) e demanda uma adequação nos processos de gestão e negócio de quem trabalha na indústria.

Hoje em dia, ele não é preenchido pelas empresas em função de que o setor contábil das mesmas possui dificuldade de compreensão, em função de ser uma determinação recente e as

mudanças no controle interno das empresas também demandam tempo e adequação por parte dos responsáveis pelo estoque. Por conta disso, a indústria sempre foi uma fonte potencial de sonegação fiscal de tributos relacionados aos custos de produção (exatamente por envolver inúmeros itens com as mais variadas descrições e seus respectivos controles de entrada e saída) e, para conter esse tipo de comportamento, o governo resolveu organizar e padronizar o preenchimento desse livro.

O Bloco K vai permitir que o sistema do SPED Fiscal cruze diversos dados e, assim, ficará mais fácil descobrir, por exemplo, se uma empresa emite meia nota ou mesmo realizar vendas sem nota fiscal, prática comum entre algumas empresas quando querem se desonerar da carga tributária. Tantas mudanças, entretanto, vão exigir mais do que nunca a necessidade da responsabilidade entre o cliente e o seu contador.

A seguir apresenta-se o *layout* do Bloco K, a fim de que se tenha uma visualização de sua estrutura.

Figura 2- LAYOUT – BLOCO K

Nível	Registro	
01	K001	ABERTURA DO BLOCO K
02	K100	PERÍODO DE APURAÇÃO DO ICMS/IPI
03	K200	ESTOQUE ESCRITURADO
03	K210	Desmontagem de mercadorias – Item de Origem
04	K215	Desmontagem de mercadorias – Item de Destino
03	K220	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES INTERNAS ENTRE MERCADORIAS
03	K230	ITENS PRODUZIDOS
04	K235	INSUMOS CONSUMIDOS
03	K250	INDUSTRIALIZAÇÃO EFETUADA POR TERCEIROS – ITENS PRODUZIDOS
04	K255	INDUSTRIALIZAÇÃO EM TERCEIROS – INSUMOS CONSUMIDOS
03	K260	Reprocessamento/Reparo de Produto/Insumo
04	K265	Reprocessamento/Reparo – Mercadorias Consumidas e/ou Retornadas
03	K270	Correção de Apontamento dos Registros K210, K220, K230, K250 e K260
04	K275	Correção de Apontamento e Retorno de Insumos dos Registros K215, K220, K235, K255 e K265
03	K280	Correção de Apontamento – Estoque Escriturado
01	K990	ENCERRAMENTO DO BLOCO K

Fonte: Adaptado Secretaria da Receita Federal (2017).

A seguir, serão descritos os itens que compõe o Bloco K, a partir do *layout* apresentado.

- **Registro K 001 – Abertura do Bloco K**
- **Registro K 100 – Período de Apuração do ICMS/IPI:** Tem por objetivo informar o período de apuração do ICMS ou do IPI.

- **Registro K200: Estoque Escriturado:** Apresenta o saldo em estoque no final do período de apuração (equivalente ao último dia do mês) por produto, separando produtos de propriedade da empresa em seu poder, produto de propriedade da empresa em poder de terceiros, e produtos de propriedade de terceiros em poder da empresa.
- **Registro K210: Desmontagem de Mercadorias – Item de Origem:** Este registro tem o objetivo de escriturar a desmontagem de mercadorias de tipos: 00– Mercadoria para revenda; 01 – Matéria-Prima; 02 – Embalagem; 03 – Produtos em Processo; 04 – Produto Acabado; 05 – Subproduto e 10 – Outros Insumos.
- **Registro K215: Desmontagem de Mercadorias – Itens de Destino:** Este registro tem o objetivo de escriturar a desmontagem de mercadorias de tipos: 00– Mercadoria para Revenda; 01 – Matéria-Prima; 02 – Embalagem; 03 Produtos em Processo; 04 – Produto Acabado; 05 – Subproduto e 10 – Outros Insumos.
- **Registro K220: movimentações internas entre mercadorias:** Apresenta todas as movimentações internas entre mercadorias no período que não se enquadram nas movimentações de produção efetuada pela empresa (K230), movimentações de consumo de material na produção efetuada pela empresa (K235), movimentações de produção efetuada por terceiros (K250), movimentações de consumo de material na produção efetuada por terceiros (K255).
- **Registro K230: itens produzidos:** Apresenta toda a produção efetuada pela empresa no período, incluindo a informação da ordem de produção, produto da ordem de produção, e quantidade produzida.
- **Registro K235: Insumos consumidos:** Apresenta todos os insumos requisitados para a fabricação dos itens produzidos informados no K230, incluindo a quantidade requisitada de cada material.
- **Registro K250: Industrialização efetuada por terceiros-itens produzidos:** Apresenta toda a produção efetuada por terceiros no período, incluindo a informação do produto e quantidade produzida.
- **Registro K255: Industrialização em terceiros-insumos consumidos:** Apresenta todos os insumos consumidos para a fabricação dos itens produzidos informados no K250, incluindo a quantidade consumida de cada material.
- **Registro K260: Reprocessamento/ Reparo de produto /Insumo:** Este registro tem o objetivo de informar o produto que será reprocessado ou que foi reprocessado e o

insumo que será reparado ou que foi reparado no período de apuração do Registro K100.

- **Registro K265: Reprocessamento/ Reparo- Mercadorias Consumidas e / ou Retornadas:** Este registro tem o objetivo de informar o consumo de mercadoria e/ou o retorno de mercadoria ao estoque, ocorridos no reprocessamento/reparo de produto/insumo informado no Registro K260.
- **Registro K270: Correção de Apontamento dos Registros K210, K220, K230, K250 E K260:** Este registro tem o objetivo de escriturar correção de apontamento de período de apuração anterior, relativo ao Registro pai, por tipo de Registro e por período de apuração em que o apontamento será corrigido.
- **Registro K275: Correção de Apontamento e Retorno de Insumos dos Registros K215, K220, K235, K255 E K265:** Este registro tem o objetivo de escriturar correção de apontamento de período de apuração anterior, relativo ao Registro filho, por tipo de Registro e por período de apuração em que o apontamento será corrigido.
- **Registro K280: Correção de Apontamento – Estoque Escriturado:** Este registro tem o objetivo de escriturar correção de apontamento de estoque escriturado de período de apuração anterior, escriturado no Registro K200.
- **Registro K990 – Encerramento do Bloco K:** Destina-se a identificar o encerramento do Bloco K e a informa a quantidade de linhas (registros) existentes no bloco.

Portanto, após conhecer o que cada registro do Bloco K significa é de extrema importância que as empresas estejam de acordo com esses registros para que o arquivo seja validado.

4.2 Descrição e Análise dos resultados

Neste capítulo será apresentada a descrição e análise dos resultados realizados em quatro indústrias localizadas em Panambi. As informações exibidas referem se aos procedimentos e mudanças sugeridas a estas indústrias para se adequar e organizar o seu estoque, a fim de atender a implantação do novo livro de controle de produção e estoque, o Bloco K do SPED Fiscal.

4.2.1 Diagnóstico do Inventário de Estoque

Ter uma precisão no inventário físico é essencial para desenvolver uma gestão eficiente de controle de estoque. Isso garante a disponibilidade de produtos e assegura que a

informação contida nos sistemas de informação esteja de acordo com a realidade dos estoques.

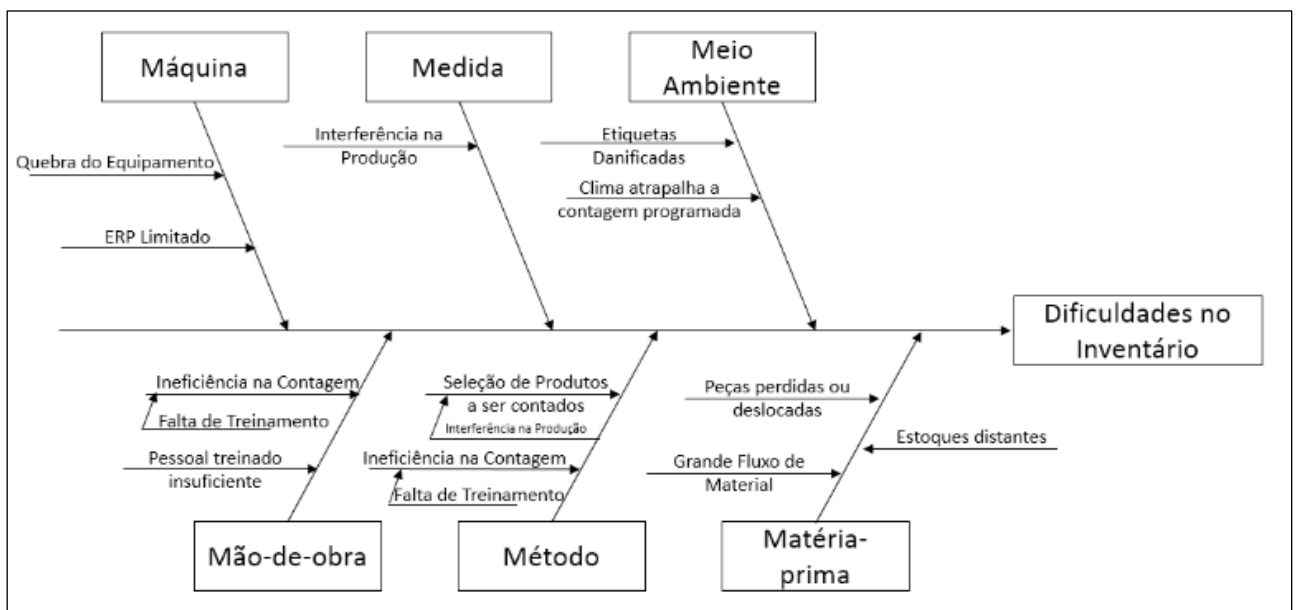
Uma das hipóteses iniciais da proposta era de que há muita dificuldade em adaptar os processos de controle de estoque às exigências legais estabelecidas pelo Bloco K. A seguir apresentar-se-á algumas considerações importantes apontadas através do desenvolvimento da pesquisa.

Em relação à possível discrepância entre o estoque físico e o registro no sistema, uma das possíveis causas para a dificuldade de adequação das empresas à nova determinação do SPED, considera-se o que segue.

Inicialmente essas diferenças foram verificadas em inventários divididos por ciclos, ou seja, por se tratarem de Lucro Real, a apuração do custo dos produtos vendidos, juntamente com seu inventário é feita mensalmente. Podem ser identificados no processo de manufatura, pela falta física de itens, presente em sistema, ou presente fisicamente, mas ausentes em sistema, e referem-se com as diferenças de quantidade.

A fim de ilustrar de modo mais didático, optou-se por apresentar um diagrama de causa e efeito, conhecido como diagrama de Ishikawa, a fim de possibilitar a discussão pontual das possíveis causas da discrepância dos estoques.

Figura 3- Diagrama de Causa e Efeito: causas de dificuldade no inventário



Fonte: Elaborado pela autora

O Diagrama de Causa e Efeito classifica as causas identificadas que dificultam o controle exato do estoque.

Em Máquina, apresentam-se duas causas. A primeira, quebra do equipamento, é uma causa especificamente relacionada com a dificuldade de controle. O depósito das indústrias é composto por materiais registrados com códigos de barras e, portanto, se permite que a contagem seja feita via leitor de código de barras interligado com os sistemas das empresas, este leitor, por vezes, quebra ou deixa de funcionar por manuseio inadequado. Neste caso, resta então que se conte manualmente, utilizando as folhas de contagem, o que é dispendioso devido ao volume de material.

A segunda causa de Máquina é a limitação do sistema- ERP. O procedimento definido para o Planejamento e Controle da Produção- PCP para se escolher os lotes e criar os documentos ocupa um tempo muito grande, uma vez que a seleção dos lotes, criação dos documentos e impressão das folhas era feitas manualmente e unitariamente. Não estavam definidos procedimentos para o processamento em massa dos mesmos.

Na segunda causa principal, Mão de obra, tem-se a causa de ineficiência na contagem, que são os erros de contagem e consolidação dos documentos. Ocorre, em alguns casos, o envio de folhas de contagem para as áreas, e por vezes, os mesmos voltam contados errados.

Ainda em Mão de obra, foi identificada, diversas vezes, a falta de treinamento para realizar este tipo de tarefa. A consequência é que se por algum motivo o colaborador não estiver presente, a contagem em determinados depósitos fica comprometida.

A terceira causa principal é Medida e esta possui como causa secundária, a interferência na produção. Por mais que se tenha a restrição de não interferência na produção, ela ainda pode ocorrer. Isto se deve ao fato de que como o inventário é rotativo, a contagem é realizada paralelamente à produção, o que implica que o ERP pode não ter sido atualizado com os apontamentos da produção. Isso faz com que o material esteja registrado no ERP, mas não esteja presente na área e a folha de contagem volte com erros.

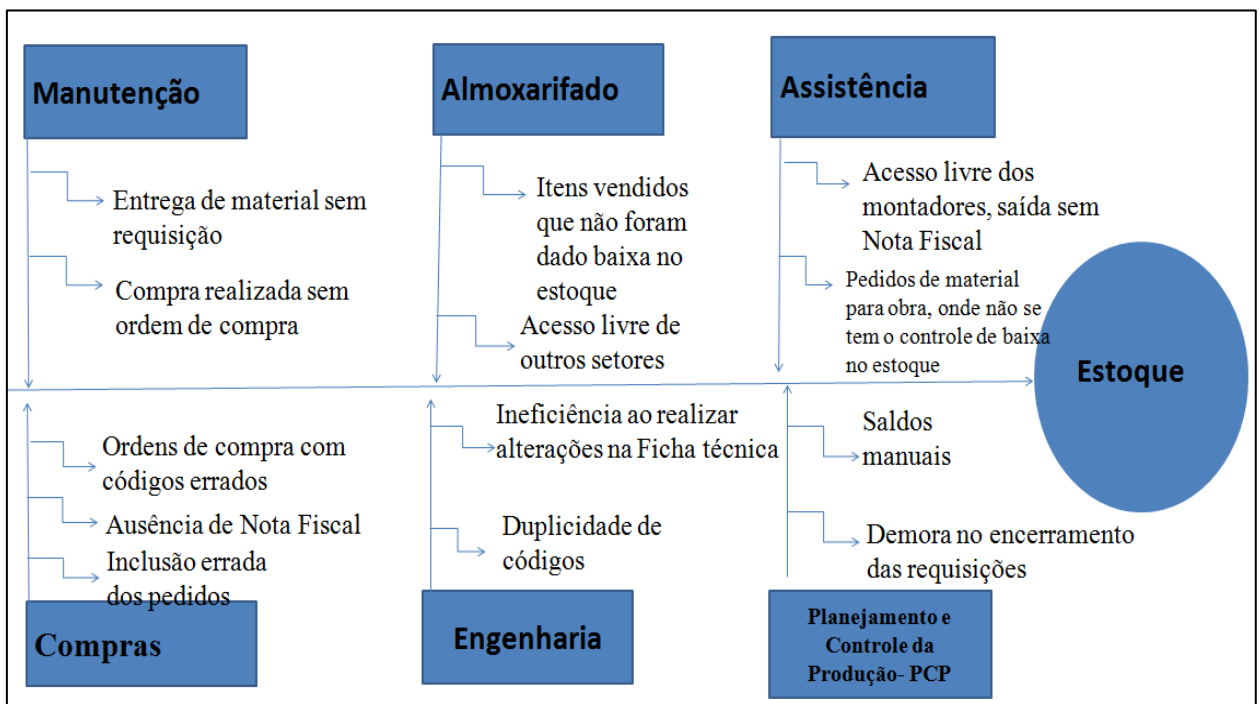
Em Método, a quarta causa principal, tem-se as causas de seleção de produtos a serem contados e ineficiência na contagem, tendo uma limitação do processo. Por vezes, a seleção dos produtos demanda muito tempo e restringe os materiais disponíveis no estoque.

Meio Ambiente é a quinta causa principal e nele estão inseridas as causas que dificultam o inventário, etiquetas danificadas e clima que pode atrapalhar no processo. As etiquetas danificadas prejudicam na contagem pela dificuldade em identificação. O clima também dificulta a contagem, pois em dias de chuva a contagem não pode ser realizada, neste caso, nos estoques que ficam dispostos a céu aberto.

A sexta e última causa primária é a Matéria Prima. Nela estão inseridos os problemas de peças perdidas ou deslocadas, grande fluxo de materiais e estoques distantes. As peças perdidas ou deslocadas são causadas por movimentação errada.

Nas indústrias alvo da pesquisa, os setores apresentam algumas falhas, tais como as apresentadas na figura 4, a seguir, favorecendo assim o controle ineficiente dos estoques. Destas causas, um levantamento qualitativo foi feito a fim de se identificar as mais frequentes e prejudiciais. Elas foram definidas segundo o ponto de vista dos envolvidos, durante as reuniões e também sob a visão da autora, ficando expresso na figura a seguir.

Figura 4- Setores e falhas que colaboram para as discrepâncias no estoque



Fonte: Elaborado pela autora

Como expressado na Figura 4, os setores que colaboram para as discrepâncias do estoque a começar pelo setor de Compras, onde muitas vezes geram ordens de compras com os códigos errados dos itens, posteriormente dando entrada no código errado, ficando um item

diferente no sistema do que é realmente físico. Ausência de Nota Fiscal, onde são recebidas as mercadorias no setor de recebimento e dado a entrada no estoque físico e no sistema não.

No setor da Manutenção verificam-se muitas discrepâncias, pois os colaboradores acabam realizando manutenções nos produtos acabados, sem ter requisição de material, muitas vezes compram mercadorias sem ter a ordem de compra, gerando não só diferença no estoque físico e no sistema, mas também no financeiro da empresa.

No Almoxarifado há muita saída de produtos que já foram vendidos há muito tempo e que ainda constam no sistema, não sendo realizada a devida baixa. E o mais grave, há acesso livre de outros setores, facilitando assim para cada vez mais existam diferenças no estoque.

No Setor de Engenharia, são criados os projetos para a fabricação de produtos, os códigos dos produtos acabados e em elaboração. Estes códigos deveriam ser únicos, mas há evidências de duplicidade destes códigos, ou códigos diferentes, mas tendo a mesma descrição. Ainda, neste mesmo setor, é gerada a Ficha Técnica de cada produto (uma espécie de “receita” de como é elaborado o produto e seus itens). Há situações que essas Fichas têm que ser alteradas, mas nesse quesito foi identificada uma grande ineficiência, pois tem vezes que o produto precisa de mais tinta, por exemplo, não é feita a alteração na ficha e também não é feito a baixa no sistema, acarretando mais diferenças no estoque.








Na Assistência, que é o setor responsável pelas montagens das obras orçadas e vendidas pelas empresas, infelizmente saem muitos itens sem notas fiscais, verificando a falta desses itens no físico ao mesmo tempo em que ainda constam no sistema.

Por fim, no setor de Planejamento e Controle da Produção- PCP, que é responsável por dar baixa nas ordens de produção, onde são colocados os saldos manualmente, não há evidências de controles precisos e eficientes. Após o produto estar pronto há uma demora significativa no encerramento das requisições.

4.2.2 Procedimentos para o Bloco K

Realizada a análise de quais informações são necessárias para cada registro do Bloco K, foi verificado como as empresas em estudo estão em relação às informações exigidas por essa nova obrigação. A figura 5 mostra cada informação exigida pelos registros e se a empresa possui o controle destas informações.

Figura 5. Procedimentos para o Bloco K

Registros	Procedimentos e Informações Necessários	As Empresas possuem?
0 200 – Identificação do Produto	1. Cadastro no sistema das seguintes informações: Código do item, descrição do item, unidade de medida e tipo de item (Mercadoria para Revenda, Matéria-Prima, Embalagem, Produto em Processo, Produto Acabado, Subproduto, Produto Intermediário, Material de Uso e Consumo, Ativo Imobilizado, Serviços e Outros)	
0210 – Consumo Específico Padronizado	2. Ter uma Ficha Técnica do Produto a ser produzido cadastrado no sistema para informar quantidade e perda ou quebra no processo produtivo.	
K200 – Estoque Escriturado	3. Ter um controle de estoque dos itens do almoxarifado (Matéria-Prima, Embalagem, Materiais de Uso e Consumo, Materiais Intermediários) e dos produtos produzidos. Também dos produtos em poder de terceiros	
K230 – Itens Produzidos	4. Ter um controle de Produtos acabados e produtos em processo periodicamente. Deverá ser informado: a data inicial e final da ordem de produção, o código de identificação da ordem de produção, o código do item produzido e a quantidade produzida. (Deverá existir mesmo que a quantidade de produção acabada seja igual à zero).	
K235 – Insumos Consumidos	5. Controlar o consumo de mercadoria no processo produtivo, vinculados ao produto resultante informado no campo K230 – Itens Produzidos. Informar: a data de saída do estoque para alocação do produto e a quantidade consumida	
K250 – Industrialização Efetuada por Terceiros: Itens Produzidos	6. Ter um controle dos Produtos que foram Industrializados por terceiros e a sua quantidade. Informar: data do reconhecimento da produção ocorrida no terceiro, o código do material e a quantidade produzida (que retornou do terceiro).	
K255 – Industrialização Efetuada por Terceiros:Insumos Consumidos	7. Controlar a quantidade de consumo do insumo que foi remetido para ser industrializado em terceiro. Deverá conter no controle: a data do reconhecimento do consumo do insumo e a quantidade de consumo do insumo.	

Fonte: Elaborado pela autora

A seguir serão detalhados os procedimentos apresentados na figura 5, sequencialmente considerados fundamentais na verificação, por parte da empresa, das áreas onde há fragilidade no atendimento dos requisitos do Bloco K, e onde há o pleno atendimento da norma. Sua funcionalidade está ligada a uma espécie de *check list*.

1. As empresas utilizam um sistema integrado (chamado ERP) e as mercadorias adquiridas são lançadas no sistema através da nota fiscal, com os respectivos: códigos, descrição da mercadoria, NCM, unidade de medida e o tipo do item.
2. As empresas possuem Ficha Técnica dos produtos cadastrada no sistema. Porém, não possuem o controle de perda por produto acabado, apenas a quantidade de perda na fabricação mensal. Alguns materiais que sobram são separados e pesados ao final do mês. Não são feitas as alterações necessárias quando, por exemplo, é preciso mais tinta para um determinado item.
3. O setor de almoxarifado não tem o controle por item da quantidade de materiais que entram e saem do estoque. As entradas são dadas através do lançamento da nota fiscal do fornecedor, e as saídas, através de relatório de consumo diário de cada item elaborado pelo setor de PCP. Porém, não possui controle dos produtos que estão em poder de terceiros, por ter acesso livre de outros setores da empresa, muitos itens saem sem ter dado a baixa no sistema.
4. As empresas não possuem controle de produtos acabados, nem de seus produtos em elaboração, tem a data inicial e final da ordem de produção, o código de identificação da ordem de produção, o código do item produzido e a quantidade produzida. Mais tem um, porém, a quantidade física é sempre diferente do sistema, pois muitas vezes é feita a venda sem nota fiscal, posteriormente não é dada a baixa no sistema. Os produtos em elaboração não possuem um estoque correto, porque acabam classificando erroneamente o tipo de item, e quando o produto está pronto não é transferido para o estoque de produtos acabados.
5. Diariamente, ao efetuar o lançamento dos materiais consumidos, o setor de almoxarifado deveria gerar automaticamente no sistema a data de saída e a quantidade consumida, mas na prática não é o que ocorre, por falta de atenção e treinamento dos colaboradores.
6. As empresas não possuem controle dos produtos que foram industrializados por terceiros.

7. Não possuindo o controle dos produtos industrializados por terceiros, conseqüentemente não há o controle da quantidade que foi remetido para industrialização.

Portanto observa-se que a conferência destes itens é fundamental, pois os processos internos das empresas terão que estar bem definidos, todos de acordo com as exigências do Bloco K, sendo constatado qualquer erro, falha o arquivo não será validado, com isso trazendo multas da parte do fisco.

4.2.3 Sugestões à adequação às exigências do SPED Bloco K

Apesar das empresas em estudo enquadrarem-se na obrigação do Bloco K apenas em 2019, é necessário ter atenção às informações que são exigidas e que atualmente as empresas não conseguem atender. A revisão de processos operacionais e de controle é fundamental a fim de corrigir e até mesmo antecipar a adequação.

Foi sugerido para as empresas que tenham atenção voltada à:

- Controle da quantidade de perda por produto;
- Controle dos produtos em processos cadastrados no sistema;
- Cadastrar o estoque de terceiros, bem como a quantidade que é remetida, retornada e utilizada como insumo;
- Ficha Técnica mais precisa preenchida corretamente sem atrasos;
- Treinamento qualificado voltado para os colaboradores que trabalham desde o começo até o fim da cadeia produtiva;
- Fazer uma contagem minuciosa do estoque, cadastrar os itens faltantes no sistema e dar a devida baixa dos que não estão no físico.

É importante lembrar que são apenas sugestões de melhoria nos controles da empresa, tendo em vista o acompanhamento mensal de cada uma, pois esta nova obrigação ainda não entrou em vigor, então não se sabe exatamente se as informações que a empresa tem serão suficientes ou não para validação correta do arquivo. Pelo estudo feito, a princípio, são apenas essas melhorias necessárias para atender as informações exigidas pelo Bloco K.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o Bloco K o Fisco passará a ter acesso completo a todos os processos produtivos e movimentações internas das empresas, possibilitando assim o cruzamento dos dados dos saldos apurados pelo SPED, com os informados nos inventários. A penalidade pela não entrega de obrigações vão desde multas até a impossibilidade de emitir ou receber qualquer tipo de nota fiscal, com a definição do uso denegado.

Eventuais diferenças entre os saldos de estoques e demais informações, se não justificadas, poderão configurar sonegação fiscal. Além disso, quem não se adaptar às condições do SPED estará incorrendo na violação da Lei nº 8.137/90, que disciplina os crimes contra a ordem tributária.

Com o objetivo de atender a especificidade do Bloco k, os processos internos das empresas terão que estar bem definidos, pois este envolve não somente a área fiscal como todos os setores, desde a produção até a comercialização. Assim, com os processos internos sob maior controle será possível diminuir as perdas na produção e nos estoques.

Para os empresários a necessidade de entregar as informações de forma transparente, fará com que tenham maior controle de todas as etapas do negócio evitando assim qualquer tipo de fraude, desvio ou erro na prestação das informações. No entanto para atender mais esta obrigação as indústrias deverão ter um cuidado minucioso em seus estoques, pois é através dele que começa a gerar todas as informações necessárias para o Bloco K, cuidado este também desde a entrada correta de suas mercadorias tanto no sistema como no físico.

Já as empresas do setor contábil que operam com o processamento apenas de informações fiscais e contábeis, com a demanda do Bloco K terão que passar a controlar os processos produtivos, ou seja, matéria-prima, produtos em processamento e acabados, sendo necessário um conhecimento da atividade. Esta necessidade poderá trazer outros campos de atuação, onde escritórios contábeis podem oferecer outros serviços além da escrituração contábil, tais como uma consultoria para apurar os custos.

Independente de ser uma exigência legal, o Controle da Produção e dos Estoques nas empresas deveria ser uma prática comum, visto que este proporciona uma visão mais

detalhada, tornando a gestão de custos, da produção e do estoque mais eficaz, impactando certamente no resultado das mesmas.

É fundamental que as empresas desenvolvam treinamentos voltados para a qualificação das pessoas que lidam diretamente com a área de materiais, além disso, desenvolva uma política interna de procedimentos e padronização das atividades, no sentido de ter uma melhor comunicação entre os setores.

Nos últimos anos, a importância do contador para as empresas tem aumentado, apresentando-se como um profissional não somente responsável pelo recolhimento correto dos valores relacionados a impostos, mas também por ajudar diretamente a alta cúpula das empresas, evitando os erros ao máximo com importantes informações financeiras e estratégicas.

Como trabalho futuro abre-se a possibilidade de mapear essas empresas do presente estudo a fim de verificar quando for obrigado gerar o Bloco K quais são as dificuldades, erros, outras adequações, procurando preencher eventuais lacunas deixadas por este estudo.

Conclui-se assim que as empresas apresentam problemas relacionados à capacitação da equipe, como também apresentam falhas na padronização dos seus processos de controle de estoque, necessitando assim de apoio profissional adequado para estes procedimentos. Sendo assim, é preciso ter atenção total, evitando erros ou fraudes, conforme recomendações da Receita Federal para casos de atraso, a multa será de 1% do valor do estoque (ao término do período), acrescidos de R\$ 1.500,00 para optantes da modalidade geral, para casos de informações inexatas, a multa será de 3% sobre as obrigações comerciais e para casos de recolhimento menor ou não recolhimento, a multa será de 100% do imposto devido, além da possibilidade de autuação criminal em função de sonegação de impostos.

REFERÊNCIAS

ALCAZAR, José Maria Chapina. **Sped gera oportunidades**. Revista DCI Especial. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/>>. Acesso em: 15 mar.2017

ALMEIDA, José O.Tavares. **O SPED e a transparência nas relações tributárias**. Disponível em [http://www.deloitte.com/assets/DcomBrazil/Local%20Assets/Documents/Artigo%20SPED%20Othon%20Almeida\(2\).pdf](http://www.deloitte.com/assets/DcomBrazil/Local%20Assets/Documents/Artigo%20SPED%20Othon%20Almeida(2).pdf) Acesso em 16 mar.2017.

ARNOLD, J.R. T, **Administração de Materiais**, São Paulo, Editora Atlas, 1999

AZEVEDO, Osmar R.; MARIANO, Paulo A. **SPED - Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

APOSTILA BLOCO K. Disponível em: tp://www.ebs.com.br/treinamento/Apostilas/Apostila_Bloco_K_rev02.2014.pdfAcesso: em 31 mar. 2017.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br>. Acesso: em 18 mar. 2017.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial**.4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 249252.

BASINGER, Karen Lynn. **Impact of Inaccurate Data on Supply Chain Inventory Performance**. 207 f. Tese (Doutorado em Engenharia Industrial e Sistemas) - Graduate School, The Ohio State University, Ohio, 2006.

BERTI, Anelio. **Contabilidade e análise de custos**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.
_____. **Contabilidade gerencial**.2. ed. Curitiba: Juruá, 2010

CHEVITARESE, S. **Contabilidade Industrial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1988.

CHERMAN, Bernado C. **Contabilidade de custos**. Vem Concursos, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier 2005.

CHING, Hong Yuh. **Gestão baseada em custeio por atividades = ABM – Activity Based Management**. 3.ed. São Paulo, Atlas, 2001.

CONFAZ. Disponível em http://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2016/aj_025_16. Acesso: em em 21 mai.2017

CORRÊA, Henrique L. **Planejamento, programação e controle de produção**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 49-52;417-420

Decreto 6.022 de 22.01.2007. Diário Oficial – República Federativa do Brasil: Poder Executivo. Brasília, DF, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 26–27; 182.

DROHOMERETSKI, E. **Um estudo do impacto das formas de controle de inventário na acuracidade de estoques**. 2009. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

DUBOIS, Alexy; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz Eurico. **Gestão de Custos e Formação de Preços**. Editora Atlas, 2009.

ESGOTI, Ariovaldo. **SPED e os processos empresariais**. In: A. Esgoti e Auditores Associados. Disponível em: http://www.ariesgoti.cnt.br/index_arquivos/artigo_aesgoti_o_sped_e_os_processos_empresariais.htm. Acesso em: 16 mar. 2017.

FEIX, R.D.; LEUSIN JUNIOR, S.; AGRONOMIK, C. **Painel do Agronegócio no Rio Grande do Sul** – 2016. Porto Alegre: FEE, 2016.

HAIR Jr, Joseph F; BABIN, Berry; MONEY, Arthur H; SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HORNGREN, C; FOSTER, G; DATAR, S. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LEÃO, Tiago. **Bloco K do SPED Fiscal: entenda o que é, para que serve e prepare se**. Disponível em: <http://www.nomus.com.br/blog-industrial/2015/06/bloco-k-do-SPED-fiscal-entenda-o-que-e-para-que-serve/>. Acesso: em 31 mar.2017.

LEONE. G.G. **Curso de Contabilidade de Custos**. São Paulo:Atlas, 1997.LIMA, J.G. **Custos (Cálculo, Sistemas e Análises)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1973

LUNKES, Rogério João. **Manual do Orçamento**. São Paulo: Atlas, 2007.

MANUAL DA TRIBUTAÇÃO. Disponível em: <http://www.abihpec.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/06/Manual-de-Tributa%C3%A7%C3%A3o-de-HPPC-2013.pdf>. Acesso em: 31 mar.2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004. 257 p.

MAUSS, César Volnei et al. **A evolução da contabilidade e seus objetivos**. 2007. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=ramifica%C3%A7%C3%B5es+da+contabilidade&btnG=&tnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acesso em: 06 mar. 2017.

NUNES, Rosângela Venâncio; SANTOS, Silvia Helena Xavier dos; ASSIS, Charles Washington Costa de; FONSECA, Rita de Cássia; CIRIACO, Francisca Shirley Pereira. **Arelevância do estudo da acuracidade de estoques em um comércio atacadista.** In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 10, 2014, Rio de Janeiro e Niterói. Rio de Janeiro e Niterói, 2014, p. 1-22.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas**, TGI,

PADOVEZE, C.L. (2005) - **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** Atlas. 3ª edição. São Paulo.

PORTAL DO SPED. Disponível em: <http://www.portaldosped.com.br/bloco-k-livro-de-controle-da-producao-e-do-estoque>. Acesso em: 22 fev. 2017.

RFB – **Receita Federal do Brasil.** Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em: 18 mar.2017.

RIBEIRO, Fabianni Luiz. **Bloco K vem aí. Sua empresa está preparada?** Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/artigos/2881/bloco-k-vem-ai-sua-empresa-esta-preparada/> . Acesso em: 18 marc.2017.

SLACK, Nigel, CHAMBERS, Stuart, HARLAND, Christine, HARRISON, Alan, JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**, São Paulo –SP: Editora Atlas S.A., 1997.

SOUZA, Marcos Antônio de; DIEHL, Carlos Alberto. **Gestão de Custos: Uma abordagem Integrada entre contabilidade, engenharia e administração.** São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 92 p.

WERNKE, R.; BORNIA, A. C. **Aplicação do Custeio Baseado em Atividades (ABC) no Processo de Armazenagem de Empresa Distribuidora de Mercadorias.** Anais XI Congresso Brasileiro de Custos, 2005.

VANDERBECK, Edward J.; NAGY, Charles F. **Contabilidade de Custos.** 11 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ZAMBERLAN, Luciano *et al.* **Pesquisa em ciências sociais aplicadas.** Ijuí: Unijuí, 2014.208 p.